



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum39.107.A004>

Relações comunitárias de mulheres em situação de pobreza no interior do Nordeste brasileiro

Community relations of women in poverty in the interior of Northeast Brazil

Vilkiane Natercia Malherme Barbosa
Universidade Federal do Ceará
<http://orcid.org/0000-0002-3048-9316>
vilkimalherme@outlook.com

James Ferreira Moura Júnior
Universidade Federal do Ceará
<http://orcid.org/0000-0003-0595-5861>

Verônica Morais Ximenes
Universidade Federal do Ceará
<http://orcid.org/0000-0003-3564-8555>

Resumo

O presente estudo objetiva analisar as relações comunitárias de mulheres em situação de pobreza de uma comunidade no Nordeste do Brasil. A pobreza tem tido implicações psicossociais sobre as vidas das pessoas causando efeitos nocivos relacionados a falta de trabalho e renda, como também nas relações comunitárias. Desta forma, entende-se que apesar desses efeitos perversos, as pessoas, e especialmente as mulheres em contextos de pobreza tem forjado estratégias de resistências a esta a partir do fortalecimento das relações comunitárias. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com a realização de entrevistas semi-estruturadas. Participaram dez mulheres em situação de pobreza de uma comunidade de uma cidade no interior do Nordeste. Foi realizada análise de conteúdo. As desigualdades sociais de gênero baseadas em uma estrutura patriarcal e classista também estavam presentes em seus discursos, influenciando na participação comunitária. Contudo, observaram-se igualmente as relações comunitárias fortalecidas como estratégias de resistência de combate a pobreza. Foram identificadas essas relações como micro resistências frente às desigualdades de gênero.

Palavras-Chave: Participação da Comunidade, Pobreza, Perspectiva de Gênero, População Rural.

Abstract

This study aims to analyze the community relations of women in poverty in a community in the Northeast of Brazil. Poverty has had psychosocial implications on people's lives causing harmful effects related to lack of work and income, as well as on community relations. Thus, it is understood that despite these perverse effects, people, and especially women in contexts of poverty, have forged strategies of resistance to it by strengthening community relations. A qualitative research was developed with the realization of semi-structured interviews. Ten women in a situation of poverty from a community of a city in the interior of the Northeast participated. Content analysis was carried out. Social gender inequalities based on a patriarchal and classist structure were also present in their speeches, influencing community participation. However, community relations were also observed to be strengthened as resistance strategies to fighting poverty. These relations were identified as micro resistance to gender inequalities.

Keywords: Community Participation, Poverty, Gender Perspective, Rural Population.

Resumen

Este estudio tiene por objeto analizar las relaciones comunitarias de las mujeres en situación de pobreza en una comunidad del Noreste del Brasil. La pobreza ha tenido repercusiones psicossociales en la vida de las personas, causando efectos nocivos relacionados con la falta de trabajo e ingresos, así como en las relaciones comunitarias. Así pues, se entiende que, a pesar de esos efectos perversos, las personas, y especialmente las mujeres en contextos de pobreza, han forjado estrategias de resistencia a ella mediante el fortalecimiento de las relaciones comunitarias. Se desarrolló una investigación cualitativa con la realización de entrevistas semiestructuradas. Participaron diez mujeres en situación de pobreza de una comunidad de una ciudad del interior del Noreste. Se llevó a cabo un análisis de contenido. Las desigualdades sociales de género basadas en una estructura patriarcal y clasista también estaban presentes en sus discursos, influyendo en la participación de la comunidad. Sin embargo, también se observó que las relaciones comunitarias se reforzaban como estrategias de resistencia para combatir la pobreza. Estas relaciones se identificaron como micro resistencia a las desigualdades de género.

Palabras clave: Participación de la Comunidad, Pobreza, Perspectiva de Género, Población Rural.

Introdução

Estudar sobre pobreza se torna necessário dentro do contexto brasileiro, porque dentre outras coisas, somos um dos países mais desiguais do mundo. Segundo os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) a desigualdade social no Brasil vem aumentando, metade dos brasileiros e brasileiras vivem em média com R\$ 413,00 por mês (IBGE, 2019). Isso equivale a menos que a metade de um salário mínimo (Valor do salário mínimo é de R\$998,00). O IBGE (2019) aponta que estamos vivendo o maior índice de pobreza. Este instituto aponta que a partir do ano de 2015 aproximadamente 1 (um) milhão de pessoas entraram na faixa de pobreza no Brasil. E que as diferenças entre as classes mais pobres e mais ricas, estão cada vez maiores, pois os 10% mais ricos juntos, possuem uma renda até 13 (treze) vezes maior do que os 40% mais pobres (IBGE, 2019). E pensar gênero nesse cenário é reconhecer que as violências contra mulheres no Brasil, infelizmente, são estruturantes na organização social e fomentam um ciclo de exclusão, que fortalecem a feminização das pobreza (Ribeiro, 2018). Nestas condições de pobreza às mulheres acabam sofrendo mais o impacto dessas privações do que homens (Macedo, 2008). Isso reverbera nas suas possibilidades de agenciamentos (Sen, 2010), tornando ainda mais desafiador a estas, o afrontamento das pobreza nas relações comunitárias que estabelecem. Assim, tem-se como objetivo analisar relações comunitárias de mulheres em situação de pobreza de uma comunidade no Nordeste do Brasil.

Contudo entendemos que a dinâmica e as relações comunitários podem ser fatores protetivos das pobreza (Góis, 2012). Para Góis (2012) as relações comunitárias se referem as relações estabelecidas entre pessoa e comunidade (vice-versa), consideradas no contexto sócio-histórico e cultural, atravessados pelas micro e macro relações de opressão e resistências. Essas relações mediam os modos de vida lugar, o desenvolvimento das pessoas e da própria comunidade, enquanto território vivo.

Assim, investigar sobre o sentido de comunidade pode facilitar o fomento de estratégias de afrontamento às pobreza, funcionando como catalisador de mudanças

sociais que tenham como cerne a comunidade (Barbosa et al., 2020). O sentido de comunidade é uma categoria analítica que pressupõe a existência de um sentimento de se sentir pertencente a uma rede de apoio mútuo, tendo a premissa que esta rede possibilita a união para objetivos comuns. Além disso, está relacionado a interdependência, que facilitaria trocas entre os membros da comunidade, favorecendo o pertencimento, o apoio compartilhado, a existências de símbolos comuns e satisfação de necessidades comuns (Sarriera et al., 2016).

Desta forma, as relações comunitárias, e especialmente, como as mulheres agem e vivem com a comunidade são essenciais para entendermos o problema deste estudo. Partimos então, do princípio de que o Sentido de Comunidade (SC) pode facilitar a compreensão das dinâmicas comunitárias e o fortalecimento de identidades individuais e comunitárias. Algumas pesquisas têm mostrado que contextos onde o SC é forte, as pessoas têm sentimento de pertença mais fortalecidos, as relações de vizinhança são mais cooperativas, há suporte mútuo, há sensação de segurança, e o sentimento de isolamento é diminuído (Sarriera et al., 2016).

Nesses contextos as pessoas são mais participativas das decisões acerca do bem comum a todas e todos os membros se identificam como fazendo parte da comunidade. Desta forma, as pessoas têm mais propensão ao enfrentamento de problemas comuns a realidade vivenciada (Barbosa et al., 2020). Assim, tem se discutido a relevância de trabalhar esta categoria no âmbito da atuação do(a) psicólogo (a) comunitário (a), entendendo que esta pode ser uma ferramenta importante para o enfrentamento de situações de desigualdades sociais, especialmente da Pobreza.

Deste modo, nos cabe apresentar a conceituação do que é comunidade, sobre o ponto de vista da Psicologia Comunitária, e do que acreditamos se associar a uma concepção de ciência implicada com o enfrentamento dos contextos de opressão e da emancipação humana. Esta tarefa, contudo, constitui um desafio. A conceituação do que é comunidade, como pontua Góis (2012) compreende questões complexas que envolve desde uma dimensão político-econômica, social e cultural maior, como também, características territoriais, relacionais, religiosas, linguísticas e profissionais. Tais questões tem dado abertura para que esta conceituação tenha sido vista a partir de diferentes enfoques e modos, não só na Psicologia, mas nas ciências sociais e humanas.

Segundo Guareschi (2014, p.20), “o ser humano se realiza em comunidade e uma comunidade é sempre uma comunidade de seres humanos = relações”. Destacando a relevância do espaço comunitário enquanto lugar em que as pessoas possam se desenvolver enquanto humanas, mas também partilhar de objetivos, anseios, sentimentos comuns. Assim, o conceito de comunidade precisa carregar uma compreensão profunda de superação da dicotomia social e individual para que não percamos a dimensão da pessoa que se relaciona com o social e vice-versa (Guareschi, 2014). Desta forma, a comunidade emerge como um território mediado entre a vida das pessoas, de suas famílias, o município e a sociedade, onde é possível o reconhecimento da identidade pessoal dos moradores e moradoras (Góis, 2012). É um espaço social, físico, psicológico, cultural, mediado pelos modos de vida, contradições, problemáticas, resistências e pluralidades, que intervêm na vida das pessoas e produz uma história própria. No Brasil, o contexto comunitário é atravessado pela situação de pobreza.

Essa manutenção da pobreza enquanto fenômeno social perpassa no sentido sociopsicológico os modos de ser e estar no mundo, tem uma profundidade simbólica, que está para além das capacitações, sendo necessários nos ater também aos aspectos subjetivos da pobreza (Góis, 2012). Para Ximenes (et al., 2016), um dos aspectos relevantes é o fatalismo pois este fenômeno, agir em diferentes dimensões da vida dos sujeitos. Postulado por Martin- Baró (2011) o fatalismo, enquanto categoria analítica, numa perspectiva psicossocial, fortalece as posturas de resignação frente ao próprio destino, desesperança, impotência, conformismo, passividade, distanciamento emocional e aceitação do sofrimento das pessoas em situação de pobreza (Martin- Baró, 2011). O fatalismo pode atravessar as relações comunitárias em contextos de pobreza, pois é uma estratégia presente para manejo das adversidades. Observa-se que, em situações de privação extrema, pode ser a única reação possível do indivíduo frente a manutenção histórica da desigualdade social (Cidade et al, 2015).

Desta forma, os indivíduos- objetos (Góis, 2012) estariam cerceados pelo sentimento fatalista, desagregador, que afeta suas constituições identitárias individuais e sociais. Para Moura Jr, Almeida Segundo e Barbosa (2019) as implicações psicossociais das pobrezas afetam as pessoas para além das questões econômicas, mais perceptíveis, pois provoca aos sujeitos em tais condições sofrimentos que alteram seus modos de vida,

sua capacidade de enfrentamento dessas condições, tendo consequências psicossociais. Assim, compreende-se que mais importante do que a definição dos fatores principais da pobreza é compreensão da pobreza enquanto fenômeno social e a sua articulação com a organização social capitalista (Sen, 2010). Entendemos, assim, que há depender das relações e dos contextos de pobreza que atravessam a comunidade é possível que esta produza relações de autonomia, fortalecimento de identidades comunitárias e individuais e suporte entre seus pares, ou relações de violência, passividade, opressoras e desagregadoras, que influenciam diretamente nos processos psicossociais existentes (Góis, 2012; Sarriera, et al., 2016).

Desta forma, pensando em contextos comunitários, Rivera (2009) pontua que é possível identificar diferenças significativas entre as vivências de mulheres e homens em contexto de pobreza. Tais diferenças se dão mesmo que estas pessoas compartilhem do mesmo território. Este autor pontua que, por exemplo, em relação ao Sentido de Comunidade mulheres tendem a ter relações de vizinhanças mais próximas, mas no estudo realizado tinham mais dificuldades de se verem em posição de liderança. Já os homens, tinham relações mais distantes com os demais moradores e moradoras da localidade, mas se colocavam com mais facilidade em papéis de liderança (Rivera, 2009).

Assim, Walsh (2017) considera que estas intervenções em contextos comunitários, precisam partir de um processo de humanização que seja consciente e contra as estruturas e condições sociais que pretendem negar sua possibilidade. Dessa maneira, há uma compreensão de que não a possibilidade de emancipação humana e de libertação individual sem que antes haja a emancipação coletiva. Segundo a mesma autora, as liberdades coletivas só podem ser vividas a partir do reconhecimento e do afrontamento das estruturas e condições sociais que desumanizam, oprimem e subalternizam as pessoas às condições de violências, desigualdades e pobreza.

Para tanto, também consideramos que uma perspectiva de gênero sobre esta relação seria de grande relevância, pois entendemos que não seja possível pensar em estratégias de enfrentamento de pobreza sem questionar as desigualdades de gênero entre homens e mulheres. Segundo a CEPAL (2016), é necessária e urgente reconhecer que às desigualdades de gênero afetam de diferentes formas homens e mulheres e que os estudos estatísticos têm falhado ao partir de um pressuposto que a distribuição da renda dentro

dos domicílios é igualitária em desconsiderar o valor do trabalho não remunerado. Aponta-se para a necessidade de rever as escolhas e estratégias metodológicas e quais as implicações das mesmas devem ser a favor da autonomia econômica das mulheres.

Gonzaga (2015) situa que as mulheres têm sido colocadas historicamente numa posição de subalternidade. As suas possibilidades têm sido podadas por uma organização social machista e patriarcal, que limita as mulheres reconhecendo sua relevância social apenas no que tange a maternagem e aos cuidados domésticos. Este movimento encontra resistências, e uma delas é centrar a discussão de gênero não apenas como sinônimo de mulher, mas numa perspectiva de reconhecimentos das relações de desigualdades entre mulheres e homens frente a organização social (Macedo, 2008). Entendemos que o classismo, racismo e patriarcado são formas de poder estruturantes da sociedade brasileira, mas não são impermeáveis. É possível pensar em estratégias e novos projetos subjetivos societários que afrontem as formas de opressão fomentadas (Castro et al., 2017).

Assim, é relevante pontuar que tem havido importantes mudanças sociais que apontam para o aumento significativo dos níveis de escolarização e participação social e no mercado de trabalho das mulheres, que tem fomentado uma diminuição significativa na concepção de homem como provedor único (Macedo, 2008). Estas mudanças têm contribuído para o processo de emancipação feminina, embora ainda haja muitos desafios para que se alcance a igualdade de gênero.

Também é importante indicar que as políticas de transferência de renda têm colocado como centro as mulheres, como suas principais beneficiárias (Comim et al., 2006). É perceptível que houve mudanças nas estruturas familiares, e as mulheres têm ocupado cada vez mais o papel social de chefes de família (Macedo, 2008). Desta forma, embora haja um movimento para a produção e manutenção desses padrões de subalternidades e desigualdades, há também um movimento de resistências, lutas, e ressignificação da vida, pois estas pessoas não se sujeitaram passivamente a estes padrões de poder racistas, classistas e patriarcais (Bernardino- Costa, 2015; Bell Hooks, 2015).

Objetivo

Assim, tem-se como objetivo analisar relações comunitárias de mulheres em situação de pobreza de uma comunidade no Nordeste do Brasil.

Método

A Abordagem Qualitativa busca compreender a dimensão subjetiva da realidade. Deste modo, nesta investigação se considera importante permitir que as participantes da investigação sejam partícipes na construção de estratégias de superação das situações de opressão e da produção compartilhada de conhecimento (Minayo, Assis & Souza, 2005).

A pesquisa se desenvolveu no território de um periférico bairro em uma cidade localizada no interior do Nordeste do Brasil. No último relatório do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) (IPECE, 2019), a cidade apresenta IDM = 38,25, estando na posição 19º, de 184 municípios pesquisados. O IDM é uma análise multidimensional realizada a partir de 30 indicadores ligados aos aspectos sociais, de infraestrutura de apoio, fundiários e agrícolas, fisiográficos, econômicos e demográficos. Os valores de IDM e de suas dimensões variam de 0 a 100. Os municípios foram subdivididos em classes, onde 01 é o melhor desenvolvimento municipal e 04 é o pior (IPECE, 2019).

No último censo realizado, a população da cidade era de 27.441 habitantes, com estimativa para 2019 entorno de 29.053 habitantes (IBGE, 2017). Considerando o tamanho da população, não foi realizado uma distinção de população por bairros, o que dificulta aproximar a partir de dados oficiais quantos moradores e moradoras vivem no bairro. A outra alternativa foi o contato com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado no bairro. Entramos em contato com a coordenação do mesmo, que diz não saber precisar quantas pessoas e/ou famílias vivem no bairro. Alegam ter um público diverso, que está para além do bairro, e que não conseguem mensurar o tamanho da população. O que demonstra uma fragilidade na própria política.

Neste sentido, a inserção comunitária tornou-se ainda mais relevante. Iniciamos esta por caminhadas comunitárias e visitas à alguns moradores (as) que eram mais próximos dos pesquisadores, e que assumiam papéis estratégicos de lideranças comunitárias, religiosas e/ ou políticas no bairro. Desta forma, entendemos como importante construir um mapa do território que pudesse nos dar pistas sobre o mesmo. Convidamos profissionais do CRAS para estar junto aos pesquisadores (as) neste processo. Reconhecemos, então, aspectos geográficos, as delimitações das ruas, questões relativas ao saneamento básico do bairro.

Partirmos então, do reconhecimento que a proximidade com um campus universitário, também modificou os modos de vida do bairro, pois reconhecemos que, a partir disto, emerge uma população flutuante, formada por universitárias (os). Também, podemos comprovar a presença dos mesmos, a partir do questionamento: “Há alguém na casa que estude na universidade?”, 40% da amostra respondeu que sim (DP=0,492). O que aponta para uma amostra significativa de estudantes universitárias (os) vivendo no bairro. Importante pontuar, que muitos destes estudantes já eram moradores do bairro e a proximidade com a universidade facilitou o acesso dos mesmos ao ensino superior, esse discurso é presente na fala das entrevistadas no estudo 02.

Quanto ao número de pessoas residentes na comunidade, não pudemos nos aproximar de um número mais exato. Mas visitamos durante o processo de pesquisa 155 residências, destas 27 não quiseram participar da pesquisa. Contamos 73 residências fechadas (por aparente abandono, ou por não se encontrarem abertas nos dias e horários em que foram realizadas a pesquisa). Totalizando 228 residências no bairro.

Pudemos constatar que a maioria da população participante da amostra mora com familiares e/ou cônjuges (74,2%) (DP= 1,254). É perceptível que a comunidade tem características familiares muito fortalecidas. É muito comum encontrar na mesma rua e/ou em ruas próximas pais, filhos, irmãos, primos, compadres que também são vizinhos. Sendo uma das características mais relatadas nos estudos esta ideia de comunidade enquanto família.

Este bairro vivencia situações de pobreza e de invisibilidades de políticas públicas. Não possui saneamento básico e a coleta de lixo é deficiente. As ruas são em sua maioria calçadas, algumas foram asfaltadas recentemente, e ainda é possível ver ruas sem nenhuma pavimentação. O bairro possui muitos terrenos baldios, particulares e públicos, que por vezes, são utilizados pelos moradores(as) como lugar para destinação imprópria de lixo. Além da universidade, tem uma escola pública destinada ao público infanto-juvenil, uma quadra poliesportiva e o CRAS. Também foi possível reconhecer a presença de igrejas (católicas e evangélicas), como também um salão paroquial, que é utilizado pelos grupos religiosos e seus parceiros para ações na comunidade, especialmente de caráter assistencialista.

Participantes

As participantes da pesquisa foram dez (10) mulheres moradoras de uma comunidade em uma cidade do interior do Nordeste brasileiro. Estas mulheres têm idades que variam de 26 a 72 anos, e vivem a dez anos ou mais no território. Entre elas existem algumas, que estão entre as primeiras pessoas a morar no bairro e outras que moram no bairro desde que nasceram. A localidade foi escolhida em virtude de em paralelo a pesquisa ocorrer um processo de extensão universitária. Entramos em contato com as mesmas a partir de uma inserção comunitária realizada no território e da identificação de lideranças comunitárias. A escolha das participantes foi dada a partir de conveniência e do procedimento “bola de neve” (snow boll) (Flick, 2009). Os critérios de participação na amostra foram: aceitar participar da pesquisa, ter idade mínima de 18 anos; viver na comunidade em estudo e serem mulheres.

Entendemos como relevante apresentá-las, de maneira geral. Assim, resguardando suas identidades pessoais, vamos apresentar alguns elementos de suas trajetórias que são relevantes para as discussões que serão apresentadas nesta pesquisa. Esta apresentação não tem por objetivo fazer julgamento de valor, pelo contrário, a o desejo de reconhecer e legitimar todas as trajetórias. Que fazem parte do modo de ser mulher de cada uma das participantes.

Foram dados nomes fictícios as participantes para resguardar as identidades pessoais destas. A escolha dos nomes será aleatória, não tendo relação com suas trajetórias de vida. A priori, serão nomeadas por nomes de outras mulheres com trajetórias relevantes de luta e resistência no contexto nordestino e brasileiro, sendo a grande maioria de mulheres não-brancas e nordestinas. Dez mulheres foram convidadas a participar desta etapa da pesquisa: • A primeira destas, é Nísia Floresta¹. Mulher de 67 anos, como ela mesma se apresentou é uma mãe de cinco filhos, branca. Nísia aos dez anos foi levada por uma família com mais condição financeira que a sua, segundo o que ela relata, ela não era empregada. Porém tinha todas as obrigações de uma doméstica. Ela demonstra que a relação com a chefe dessa nova família era muito próxima, e que ela aos 17 anos decidiu voltar para a sua família, mesmo sobre a ameaça da família que a acolheu.

¹ O nome Nísia Floresta, mulher, nordestina e a primeira educadora feminista no Brasil. Para saber mais: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>

Constituiu família, teve um filho e ficou viúva. No segundo casamento, teve três filhos, e teve o processo de separação. O marido a deixou quando os filhos e filhas eram crianças, e foi constituir outra família com uma mulher mais nova. É aposentada. Vive na comunidade a aproximadamente 35 anos. Também é vista como liderança comunitária, especialmente pelos trabalhos relacionados ao cuidado com o espaço comunitário.

- A segunda mulher é Maria Firmina dos Reis², tem 70 anos, vive na comunidade a um pouco mais de 40 anos, negra. Também teve alguns filhos e filhas. Hoje sua vida está cerceada pelos muitos grupos da igreja católica que ela coordena e/ou é membro. É uma das primeiras moradoras da comunidade e é reconhecida por muitos como uma liderança. É casada há 41 anos, e junto ao seu companheiro foram os primeiros moradores da comunidade, ambos são referenciais para a comunidade. No início, passaram por muitas privações, esta trabalhou como doméstica durante grande parte de sua vida. Ele trabalhava como caseiro. Ambos são aposentados atualmente.

- A terceira mulher é Laudelina de Campos Melo³. Ela tem 72 anos, negra, teve cinco filhos, quando o último nasceu o marido se separou da mesma, para viver outra relação com uma mulher mais nova. Ela relata que passou por muitas privações para criar os filhos e filhas. Que por vezes, teve que trabalhar na casa de outras pessoas, em troca de um prato de comida. Relata não saber ler e escrever, e que por isso, não se sente alguém importante. Também faz parte de muitos grupos da igreja católica. Por vezes, traz na sua fala uma preocupação excessiva em se afirmar como uma “mulher direita” e de “valor”, muito baseado no fato de não estar em um casamento. É aposentada. Esta vive na comunidade a quase 40 anos.

² Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher (nordestina e negra) a publicar um romance na América Latina, importante militante no movimento abolicionista brasileiro. Para saber mais: <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-e-maria-firmina-dos-reis-a-escritora-negra-homenageada-pelo-google/>

³ Laudelina de Campos Melo foi a primeira presidente do sindicato de trabalhadoras domésticas, importante nome na resistência contra o racismo e as formas de submissão de mulheres negras. Para saber mais: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/laudelina>

• A quarta mulher é Maria Bonita⁴, tem 27 anos, parda. É funcionária pública de uma instituição federal. Vive na comunidade desde que tem 10 anos de idade. É casada, e não tem filhos. Ela não participa de grupos na comunidade, mas tem relações próximas com a vizinhança. Esta relata senti falta de participar mais dos processos organizativos da comunidade, mas que não encontrou tempo dentro de sua rotina para isto.

• A quinta mulher é Dadá⁵, tem 65 anos, é viúva, parda. Vive na comunidade há mais de 30 anos. Esta vive em casa com a filha mais nova. Ela se sente isolada da comunidade e sente que este isolamento se tornou mais forte desde o falecimento do companheiro, há seis anos. Acredita que se tivesse mais grupos voltados para os idosos ela poderia ter relações mais próximas com seus pares na comunidade;

• A sexta mulher é Lia de Itamaracá⁶, tem 26 anos, branca. Tem uma filha, ela é professora em uma localidade fora da comunidade. Não participa de grupos na comunidade. Tem uma relação mais distante com a vizinhança por conta do trabalho. Contudo, cresceu na comunidade desde que tem um ano de idade.

• A sétima mulher é Elisabeth Teixeira⁷, ela tem 34 anos, parda. Atualmente está desempregada. O principal motivo do desemprego é por não conseguir um emprego próximo a sua residência, em que fosse possível que ela pudesse também cuidar do filho pequeno. Não se envolve em grupos na comunidade. É casada, tem dois filhos.

• A oitava mulher é Soledad Barrett⁸. Tem 54 anos, branca, e tem uma filha. A filha dela estuda na universidade localizada no território, e por isto, Soledad sempre

⁴ Maria Bonita, o nome escolhido é em alusão a rainha do Cangaço, a primeira mulher a fazer parte desse movimento de resistência nordestino. Para saber mais: <http://www.revistacapitolina.com.br/mulheres-no-cangaco-resistencia-e-subversao/>

⁵ Dadá, o nome escolhido a uma das mulheres nordestinas do movimento de resistência conhecido, como cangaço. Esta recebe destaque por ter sido a única mulher que realmente foi para a linha de frente das batalhas. Para saber mais: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/dada-a-amazona-do-cangaco-que-lutou-ao-lado-de-corisco-no-bando-de-lampiao.phtml>

⁶ Lia de Itamaracá, mulher negra nordestina, símbolo de resistência, cultura e arte nordestina. Para saber mais: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2016/12/23/lia-de-itamaraca/>

⁷ Elisabeth Teixeira, nordestina, uma das líderes de um movimento de resistência camponês. Para saber mais: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2017/02/16/elizabeth-teixeira-simbolo-de-resistencia/>

⁸ Soledad Barrett, paraguaia, uma das importantes militantes contra movimentos ditatoriais na América Latina e Brasil: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2017/01/16/ha-44-anos-assassinaram-no-brasil-a-paraguaia-soledad-barrett/>

referencia a educação como a coisa mais relevante dentro da comunidade. Ela não participa de grupos na comunidade, mas possui uma relação muito próxima com os vizinhos. É separada.

- A nona mulher é Esperança Garcia⁹, tem 42 anos, preta. É uma importante liderança comunitária, estando a frente de importantes grupos religiosos, que também realizam atividades consideradas de caridade e solidariedade dentro da comunidade. Ela é artesã, e vive na comunidade desde criança, a aproximadamente 30 anos. Ela é divorciada e tem duas filhas. Ela tem relações próximas com os e as moradoras mais antigas na comunidade, sendo também uma referência aos mesmos pelos trabalhos desenvolvidos junto aos grupos religiosos.

- A décima mulher é Margarida Alves¹⁰, tem 60 anos, parda. Mora a 24 anos na comunidade. É aposentada. É casada. Ela não participa de grupos na comunidade. Hoje se dedica ao cuidado dos netos. Não tem uma relação de grande proximidade com a vizinhança.

Instrumentos de Coleta de Dados

A entrevista semiestruturada é uma técnica de apreensão das experiências cotidianas e dos sentidos desenvolvidos pelas entrevistadas a partir da construção de um roteiro elaborado de forma dedutiva a partir das experiências da realidade em estudo e da fundamentação teórica deste (Flick, 2009). Também é importante pontuar a flexibilização na elaboração deste roteiro, a fim, de permitir a dinamicidade às perguntas a partir do discurso das entrevistadas. As entrevistas foram realizadas baseadas numa relação de horizontalidade, respeito e empatia as entrevistadas, para que estas se sentissem acolhidas e expressassem seus pontos de vista sobre a problemática estudada (Minayo, Assis & Souza, 2005). Estas também foram gravadas e o material foi transcrito para fins de análise.

⁹ Esperança Garcia, mulher, negra, nordestina, importante símbolo de resistência negra. Para saber mais: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/esperancagarcia>

¹⁰ Margarida Alves, mulher, nordestina, foi militante e importante liderança de um dos movimentos de resistências mais conhecidos do país, de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para saber mais: <https://revistaforum.com.br/noticias/conheca-a-historia-de-margarida-alves-que-inspira-a-marcha-das-margaridas/>

Análise de dados

A análise que nos propomos tem um viés interseccional, pois leva em consideração os marcadores interseccionais, os contextos específicos e as relações de poder atreladas ao mesmo para a construção das reflexões analíticas (Christensen & Jensen, 2012). As informações oriundas das entrevistas foram analisadas a partir do referencial teórico da análise de conteúdo (Bardin, 2010). Esta análise tem como finalidade a interpretação baseada em inferência a partir de indicadores qualitativos e quantitativos. A análise de conteúdo categorial, segundo a autora Bardin (2010), é uma das técnicas de análise de conteúdo mais utilizadas. A proposta é que esta análise seja construída a partir das falas das pessoas, portanto, só utilizaremos as categorias indutivas. Na fase de codificação dos dados foi utilizado como recorte a perspectiva temática vinculada às categorias analíticas. Na fase de agregação, as categorias foram relacionadas em macro categorias ou relacionadas entre si. Também, foi possível enumerar a frequências das categorias e das macro categorias utilizadas, sendo estas: sentido de comunidade; relações comunitárias, pobreza e desigualdades sociais e de gênero.

Procedimentos

Para a realização desta pesquisa foi necessária à inserção comunitária no território da comunidade pesquisada. Esta investigação foi realizada em parceria com o grupo de extensão/pesquisa de uma universidade federal pública localizada próxima ao bairro. Inicialmente foram realizadas as caminhadas comunitárias para apropriação do território e fortalecimento do vínculo com a população do bairro. À medida que entrevistamos uma participante, ela indicava uma outra pessoa que poderia ser entrevistada. E assim, realizamos cinco entrevistas.

Em meio a essa inserção comunitária, especialmente dos laços criados, algumas outras mulheres também se mostraram disponíveis a serem entrevistadas. Assim, também entrevistamos mulheres, que não se identificavam e/ou eram identificadas como lideranças. Tendo ao todo 10 participantes. Importante também relatar que devido a extensão do roteiro de entrevista, optamos por fazer a entrevista em dois momentos. Um

para as perguntas referentes a sentido de comunidade, modos de vida em comunidade e pobreza, e um segundo momento para as perguntas sobre desigualdade sociais e de gênero. Tendo em média cada entrevista, considerando os dois momentos, de 35 a 45 minutos. Entendemos que visibilizar a experiência dessas mulheres com ou não participação social ativa seria de grande relevância para o objetivo deste estudo. Após as entrevistas, as transcrições destas foram realizadas. Em seguida, realizou-se a análise de conteúdo categorial com viés interseccional para a construção dos resultados e discussão do estudo.

Questões Éticas da Pesquisa

Foi considerada a resolução de ética na pesquisa 510/2016, que diz respeito às questões éticas de pesquisa com seres humanos, definindo critérios, delimitações, entre outros aspectos referentes à pesquisa com seres humanos que priorizam em seu cerne a vida e a dignidade humana. E este trabalho de pesquisa seguiu as normas e procedimentos éticos desta resolução. As participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contando com uma explicação do propósito da pesquisa, as expectativas que se tinham das participantes na pesquisa, o procedimento que seriam realizados com os dados, e também foi garantindo o sigilo e anonimato das pessoas informantes da pesquisa. Por fim, importante pontuar que o compromisso ético e social é transversal a esta pesquisa, sendo a mesma submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), sobre o número de registro CAAE: 89916418.2.0000.5576.

Resultados e Discussões

Importante pontuar que as mulheres participantes deste trabalho, por mais que vivam no mesmo território, possuem distintas características, que modificam o modo como percebem a comunidade, as questões de pobrezas, de gênero e a si mesmas. Estas são mulheres em situação de pobreza, pertencentes a uma comunidade numa região do interior do Ceará, e em sua maioria, não-brancas. E que estes marcadores sociais representam o reconhecimento da diversidade e da pluralidade da categoria mulher, especialmente neste contexto. Para tanto, as considerações que serão apresentadas nessa

sessão não têm o desejo de desvelarem verdades e/ou julgarem os posicionamentos destas. Mas, reconhecer a pluralidade de suas vivências e como estas se conectam com seus modos de vida e nas relações comunitárias que estabelecem.

Nos interessava compreender sobre as relações comunitárias, e um importante indicador destas, são as relações de vizinhança, que podem fornecer um importante indicador de como se organiza o tecido social (Góis, 2012). Segundo a maioria das entrevistas, as relações entre as vizinhanças são próximas e um dos fatores apontados para o favorecimento disto é o tempo de moradia, muitas destas participantes têm mais de trinta anos que moram neste território. E por vezes, os seus vizinhos também são familiares. Assim, é muito presente nas falas das entrevistadas a percepção de vizinhança como apoio social e suporte mútuo. Como é possível observar nestes relatos:

[...] porque você ver quantas famílias precisam ir embora da onde vivem porque não se dar com o vizinho, porque os filhos não se dar, pra não morrer, pra não matar. Muitas famílias se demandam, vai pra um lado vai pra o outro. Mas aqui minha filha, quando um gritar todos correm, aqui é família. Que se um tiver sofrendo todos sofrem junto, se um tiver sorrindo, todos sorriem juntos. Ai eu acho que a comunidade unida, comunidade amiga, porque a gente faz amizade é assim (pausa) até parteira eu fui peguei dois meninos (risos) (trecho entrevista de Laudelina de Campos Melo)

[...] a comunidade nos ajuda muito, eu tiro por mim, porque assim a comunidade incentiva muito a gente, porque quando a gente tá triste, não tá querendo reagir um problema. Ai chega um vizinho, ai fala “não Soledad não é assim, você tem que reagir”. Eu acho muito importante a convivência na comunidade, e a comunidade é muito importante na nossa vida né, saber conviver na comunidade, respeitar os direitos uns dos outros. Procurar ajudar, se eu tenho um vizinho ali

que tá com problema, aí eu tenho que procurar uma solução né? [...] (Trecho entrevista de Soledad Barrett).

Aí nós somos tudo família, pelo menos a minha rua, tem gente que acha que nós somos é tudo irmão, o problema de um é o problema do outro, eu tenho uma vizinha aqui que o povo jura que nós somos irmãs, assim, meus filhos nasceram aqui e eles vieram pra cá com os filhos pequeninhos, nós somos uma família, a nossa Travessa o resto eu não sei. (Trecho de Entrevista de Nísia Floresta).

O que corrobora o dito anteriormente sobre a proximidade das relações de vizinhança, que também se traduzem em apoio mútuo, em ter emoções partilhadas, em sentir que pode contar com a vizinhança e que esta é uma relação solidária e de confiança. Sendo estes elementos pertencentes ao sentido de comunidade e aportam para este enquanto fator protetivo dentro deste contexto comunitário, numa perspectiva de bem comum (Sarriera et al., 2016).

Contudo, há um reconhecimento que nem todas as relações de vizinhança são de muita proximidade. Algumas das entrevistadas apontam que a chegada da universidade no território mudou a dinâmica comunitária, especialmente nessas relações de vizinhança. Pois houve migração de uma população universitária flutuante no território. Que por vezes, não criam laços de vizinhança próximos com os e as moradoras da localidade. Ainda assim, há uma abertura por parte de algumas moradoras entrevistadas de incorporar os e as moradoras novas, especialmente os e as estudantes universitários a dinâmica comunitária:

Mas agora, outras famílias que vai chegando, que a gente não tem mais contato assim, num tem conhecimento né? Porque muito morador, principalmente agora, esses estudantes da UNILAB que entraram, o pessoal, os estudantes, tem gente de todo canto. Tem gente de todo canto. A gente não conhece todo mundo né? Mas aí a gente vai... pelo menos eu, graça a Deus, meu Deus, mais eu tenho um queda muito grande para conversa, nesse portão aqui, era é cheio, mas cheio mesmo de

africano, pra mim ajeitar as coisas deles. Os pobres no meio do mundo né? Que vem de muito longe, sem família, sem contato com a família, sem ter quem fizesse. Tem deles que sai de casa, saiu assim como quem diz, sem rumo né? Só pra vim parar aqui, sem saber o que fazer e sem ter quem faça. Aí, eu fico com uma pena muito grande (Trecho de entrevista de Laudelina de Campos Melo).

Era mais tranquilo, era mais calmo. Mas também, porque a população era menor. E assim, agora tem gente que vende as casas né? Tem muito morador novo, pessoas que a gente não conhece né? Que a gente passa a conhecer né? E no começo a população era menor e a gente se conhecia melhor né? (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

É, eu considero muito boa, sabe? Porque assim, apesar de ter alguns moradores novatos, que vão chegando, mas a gente tenta visitar né? Tenta conhecer. Mas a convivência é boa, eu acho uma convivência muito pacata, graças a Deus. Problemas têm, para todos os cantos, mas. (Trecho de Entrevista de Dadá).

Isto, corrobora com a perspectiva de as relações comunitárias precisam de tempo e vinculação no território para se estabelecerem (GÓIS, 2012). E que a chegada de uma nova população é um desafio para esta comunidade que estava adaptada a uma forma de vida mais compartilhada, onde todas as pessoas se conheciam e se relacionavam. Assim, é um importante fator entender como a dinâmica comunitária se adapta a esse novo processo. E que estratégias são utilizadas para o fomento e fortalecimento dessas relações de proximidade. Como pudemos observar há tentativas de aproximação e de vinculação com o novo. Isto, pode ser indício de uma disponibilidade da comunidade de perceber a relevância de estabelecer relações sociais entre todas as pessoas pertencentes ao lugar, numa perspectiva de comunidade relacional (Guareschi, 2014).

Assim, o contexto aparenta ter um Sentido de Comunidade fortalecido e com relações comunitárias próximas, de partilhar numa perspectiva de bem comum (Góis,

2012). Sendo assim, nos pareceu relevante entender os processos de participação social comunitária destas mulheres. Já que partimos da compreensão que a participação social fomenta mudança social, podendo ser uma estratégia de enfrentamento da pobreza, como também fomento da garantia de direitos sociais (Barbosa, et al., 2020). Contudo, também foi observado um outro movimento quando observamos os discursos de participantes com mais e menos participação ativa dentro da comunidade. Percebemos, que o envolvimento social das participantes afetava a forma como estas percebiam o apoio social e integração e satisfação das necessidades sociais das mesmas, dentro da comunidade. Neste trecho temos a fala de uma das participantes, reconhecida como uma pessoa influente no tecido social:

[...]porque é muita gente mulher, muita gente fala muita coisa, diz muita coisa, exige, se você for fazer, porque no dia da reunião¹¹ eu disse lá, até a Dr^a foi, aí ela discordou de mim, que eu disse assim (pausa), todo mundo vai, na hora foi doze pessoas que se prontificou aí pra o grupo, eu disse “eu acho que não vai dar certo”, aí ela perguntou “porque?” aí eu disse “é muito fácil você dizer que vai, aí na hora do vamo ver, quem vai” (pausa) e vai aparecer como apareceu, essa rua ali ficou lotada de gente (lugar onde foi realizada a intervenção do jardim comunitário) pra dizer como era pra fazer, como era que podia ser feito, que assim tá melhor, e fazer? Não tem ninguém fazendo. (Trecho de Entrevista Participante Nísia Floresta).

Enquanto neste trecho, a fala de uma participante que reconhece não ter participação social ativa, embora reconheça a relevância da participação social para o desenvolvimento comunitário:

Participam, não muita gente né? As poucas pessoas que vão já é melhoria, não é coisa que não foi ninguém né? Foi alguém, muitos são chamados e poucos são

¹¹ Referindo-se a reunião realizada para tentar solucionar a questão do lixo

escolhidos, e aí aquelas pessoas que foram, esse que tiveram coragem, que se incentivaram e tão fazendo, a gente agradece, a gente tem que agradecer assim a ação das pessoas né? Sempre tem uma pessoa que vai agir, nem que seja uma pessoa que venha de fora, tá ajudando a nossa comunidade, tem sempre um incentivo pra nossa vida hoje, graças a Deus (Trecho de Entrevista Soledad Barrett).

O que podemos observar é que a satisfação com as necessidades sociais na participante que é ativa, é baixa, pois a mesma tem uma percepção de que a comunidade não investe em estratégias e ações para o bem comum. Enquanto a mulher com participação menos ativa, reconhece mais facilmente as ações realizadas, embora não se veja fazendo parte da construção destas. Freitas (2015) aponta que há diferentes tipos de participação, e que estas reverberam em diferentes estratégias de ação, que produzem efeitos distintos sobre a continuidade dos trabalhos em comunidade. Esses diversos tipos psicológicos de participação, fomentam dualidades entre “o fazer e o sentir-se em relação a esse fazer; entre o agir e as diferentes maneiras de sentir-se fazendo (ou não) algo, independente deste fazer ser real, próximo ou visceralmente implicado com a realidade concreta” (Freitas, 2015, p.37).

A vida e a trajetória cotidiana destas participantes aportam para participações e não participações nas estratégias psicossociais na comunidade. Estas contradições perpassam as práticas comunitárias e as redes de relações de solidariedade (Góis, 2012). Neste sentido, o que colocamos em análise não é o nível de participação, mas consideramos que a adesão a participação social está imbricada ao sentimento de pertencimento e as resistências a partir de práticas de liberdade e justiça, para uma consequente mudança social (Martin-Baró, 2011). E estas não estão desassociadas de um fortalecimento de um sentido de comunidade, que perpassa o investimento das pessoas em ações cotidianas conjuntas (Góis, 2012).

Esse investimento e/ou adesão a uma participação social mais ativa e com efeitos sobre o cotidiano comunitário é possível a partir do fortalecimento de processos de conscientização (Freire, 2003; Barbosa, et al., 2020). Este processo se atrela a uma

perspectiva de ação libertadora (Martin-Baró, 2011) que neste contexto necessita também dialogar com uma perspectiva de gênero. Para Biroli (2018), a participação das mulheres em diferentes dimensões da vida pública é prejudicada nas sociedades modernas. E apontamos em especial a brasileira, porque existe uma estrutura patriarcal, racista e classista que fomenta uma divisão sexual do trabalho, que produz uma divisão desigual de recursos fundamentais para a participação social, a saber: a renda e o tempo livre.

Esta autora argumenta ainda, que a abordagem de gênero é central para compreendermos a participação política feminina. Hoje as mulheres ocupam cerca de 10% dos cargos eleitos no legislativo, embora sejam mais de 50% da população brasileira (IBGE, 2019). Contudo, o gênero não se separa das questões de classe e raça, pois as privações que as mulheres passam não são as mesmas para todas as mulheres. E para Macedo (2008) as mulheres brancas não sofrem as mesmas privações de mulheres negras, assim como as ricas não sofrem as mesmas privações que as pobres. E fatores como gênero, classe, raça e nacionalidade atravessam as oportunidades reais de participação social e de privilégios que as pessoas possuem (Biroli, 2018; Bell Hooks, 2015).

Então, reconhecer que as mulheres assumem mais atividades no seio comunitário, contudo, não são reconhecidas como lideranças comunitárias é reconhecer que existem estruturas macrosociais que elege às mulheres trabalhos não remunerados e não reconhecidos como relevantes socialmente (Walsh, 2017; Diniz & Mayorga, 2018). Embora elas sejam essenciais para o funcionamento social (Biroli, 2018). Outro ponto desta discussão, que cabe relatar é a influência social. Algumas destas participantes eram vistas pelas outras como pessoas relevantes para o bairro. No entanto, elas não se auto referenciavam como alguém que tivesse influência social. Como pode ser observado na seguinte fala:

“Eu não, e nem quero (risos) quando eu quero fazer minhas coisas eu vou só e faço. Aqui quase todo mundo, mais novo me chama de Maria, “D. Maria lá em casa, vamos lá, minha mãe está doente”, não sei o quê, não sei o quê. Ai eu corro lá, só pra isso, porque diziam que eu era doutora, eu era advogada, eu era policial, eu era tudo. Ai eu disse: “porque tão me chamando eu vou, né?” Mas se

não ser pra algo, não chama a gente não. Ali são meus sobrinhos, eles nunca vem aqui, passam aqui, parece que não tá nem vendo, mas se lá tiver uma confusão, eles correm “Tia Nair, vamos lá em casa, tá tendo uma confusão lá em casa”. A gente não precisa só disso né. Eu disse: “a gente tem que ser amigo é nas horas ruins e também nas boas”. Aí hoje, eu tô ficando linguaruda ainda mais, aí eu digo assim: “eu não sou mais melhoral que só serve na hora da dor, não me chame não, que eu não vou”. “(Trecho de Entrevista Participante Nisia Floresta).

Rivera (2009) também percebeu este fenômeno em seu estudo, onde as mulheres apresentavam mais estratégias de intervenção psicossocial, mas não se viam ocupando lugares de liderança comunitária. Isto nos chamou a atenção, porque durante o processo de campo, apenas dois homens foram referenciados como importantes e com influência no bairro. E estes eram respectivamente, filho e companheiro de uma mulher, que foi a segunda pessoa a ser mais referenciada enquanto liderança comunitária. Ainda neste sentido, é importante relatar que a comunidade não possui uma liderança comunitária formal. Estas mulheres foram referenciadas enquanto pessoas que assumem atividades inerentes a esse papel, mas não o ocupam formalmente. Quando questionadas se existem e quem são as lideranças, elas não sabem informar e/ou afirmam não existir.

Só que assim (pausa) tem comunidade que tem um líder para ajudar e nessa comunidade eu não conheço se tem, não conheço pra conquistar alguma coisa assim para o bairro, geralmente tem um líder né? Um representante, que eu conheço não tem não. (Trecho de Entrevista Participante Elisabeth Teixeira).

Porém quando perguntadas sobre pessoas que exercem influência, que ajudam e fazem ações em prol da comunidade, elas referenciam algumas das mulheres que são partícipes desta pesquisa. Esses dados podem revelar que existe participação comunitária ativa de mulheres nos enfrentamentos de problemas comunitários e na promoção de ações voltadas ao bem-estar na comunidade, mas que o processo organizativo comunitário não as atribui papel de liderança. E o que pode estar por trás disso é uma estrutura de poder

que mesmo reconhecendo a ação e influência das mulheres para a organização social, não permite que esta sejam reconhecidas a partir de um lugar de liderança.

Na medida, que nem mesmo o autoconhecimento é fomentado, inferimos que pode haver conjunturas que não facilitam processos de protagonismo feminino. Castro et al. (2017) apontam que uma das possibilidades de mudança social é a partir deste protagonismo social feminino, que não apenas reconhece o papel social das mulheres como fomenta estratégias de favorecimento deste. Este protagonismo social feminino precisa ser mediado, pelas hierarquias operacionalizadas pelas opressões e desigualdades de gênero, classe, território e raça, que são força estruturantes a nossa sociedade, mas não impermeáveis (Diniz & Mayorga, 2018).

Como também há o reconhecimento que as políticas públicas, especialmente, as de distribuição de renda são importantes estratégias de enfrentamentos das pobrezas, especialmente para as mulheres. Inclusive, porque partes destas políticas tem as mulheres como principais beneficiárias (Comim, et al., 2006). Estas políticas têm por objetivo ser uma estratégia de redução e enfrentamento das pobrezas, oferecendo às famílias e pessoas mais pobres fomento e ampliação de acesso a direitos básicos, como saúde, educação, alimentação, moradia, à luz, dentre outros (Leite, et al., 2016).

[...] mas a pobreza é triste demais, pobreza total né? Que graças a Deus né? Porque muita gente acha que essa bolsa família ela não influencia, mas ela influencia muito viu, ajudou muita gente, graças a Deus. Porque (pausa) porque assim, antes era pior. Hoje não, as pessoas falam que essas bolsas, a bolsa família ajudou muita gente, agora com essa bolsa família não tem mais aquela pobreza mais não. As pessoas foram se incentivando através daquele dinheiro né, melhorou muito assim, a atitude das pessoas (Trecho de Entrevista de Soledad Barrett).

Pensar as políticas públicas a partir de um reconhecimento das desigualdades de gênero, especialmente em contextos de pobrezas, possibilitam a estas mulheres, e não só a estas, mas numa perspectiva social, mudanças societárias para uma sociedade mais justa

e equânime (Macedo, 2008). E umas das possibilidades de transformação é incluir outras estratégias e ações, não apenas voltadas para a renda, mas para outros aspectos relacionados aos enfrentamentos das pobrezas (Moura Jr, Almeida Segundo & Barbosa, 2019). O que nos leva a um outro fator relevante dentro das falas das mulheres em relação as políticas públicas, que é o reconhecimento da política de interiorização do ensino superior, que possibilitou que a cidade pudesse sediar uma universidade federal, no caso a UNILAB. As entrevistas citam os benefícios que esta aproximação causou ao bairro, não apenas da inserção de pessoas da localidade ao ensino superior, mas também de melhorias na economia e nas questões sociais na cidade. Como pode ser visto na fala a seguir:

A coisa boa que temos por aqui, perto de nós, graças a Deus né? É a bendita UNILAB deixada por nosso querido Lula né? Eu não canso de dizer: “olhar, hoje ele tá aí preso né, estão colocando um bocado de coisa aí oh, mas vamos valorizar o desenvolvimento que ele fez”. Porque com todos os problemas que estão aí tentando né? Resgatar de negativo. Graças né? Ao esforço dele, hoje nós temos a UNILAB na nossa terra né? Uma coisa muito boa, que veio somar né. E nós ganhamos muito com isso né. Porque além da, da, tem um nome né... Nós ganhamos muito também, culturalmente né, com a vinda de pessoas pra nossa cidade. Eu acho que isso enriqueceu muito, não só né, o intelectual, como uma cidade universitária né, mas o que a gente ganha com cada um de vocês que chegam. (Trecho de Entrevista de Esperança Garcia).

O acesso à educação sendo reconhecido como fator de proteção e desenvolvimento social. É um dos aspectos interessantes para a dinâmica comunitária do local em estudo. Possível a partir do reconhecimento da relevância do investimento em educação, sendo uma conquista como colocado, no governo PT. Desvela-se a importância que nas estruturas macrossociais também haja perspectivas governamentais inclusivas, que pensem estratégias de enfrentamento das pobrezas sobre uma perspectiva

multidimensional (Ximenes et al., 2016). Pois as mudanças estruturais nas sociedades são essenciais para os afrontamentos das desigualdades sociais e de gênero que visem e mobilizem mudanças sociais. Desta forma, consideramos que existem avanços e relevantes mudanças sociais, que vem fomentando enfrentamento as desigualdades sociais e de gênero. Estas mudanças têm contribuído para o processo de emancipação feminina, embora ainda haja muitos desafios para que se alcance a igualdade de gênero.

Considerações Finais

A partir do discutido acima foi preponderante nos discursos das mulheres o reconhecimento de que as situações de pobreza e vulnerabilidades vividas por estas são mediadas por questões de gênero que imbricam modos de vida específicos marcados pelo patriarcado, machismo e outras formas de opressão. Essas mediações afetam o contexto e as relações comunitárias, não podendo ser descoladas de seus modos de ser e dos sentidos de comunidade vividos por estas. No entanto, é possível também identificar caminhos e possibilidades de resistências nesse contexto por diferentes intersecções de opressão.

Observa-se que as relações comunitárias podem ser uma dessas práticas de resistência a partir da participação. Esta é profundamente vinculada com o sentido de comunidade, podendo ser um fator protetivo a comunidade. É perceptível que existem diferentes formas de participação comunitária dentro do território, e que estas produzem implicações diferentes às dinâmicas comunitárias. Contudo, é importante compreender também que há distintos motivos para participação não-ativa para estas mulheres. A própria desigualdade social de gênero é considerado um deles, fomentando diferentes oportunidades de participação social e políticas a mulheres e homens. As mulheres são privadas e/ou inibidas de realizarem participações mais expressivas, porque existem mecanismos na nossa sociedade patriarcal, machista, classista e racista, que fomentam a supremacia de determinado gênero sobre o outro, de determinadas classes sobre as outras.

Assim, pensar nas relações comunitárias das mulheres desassociadas destas estruturas de poder pode nos dar uma visão errônea sobre a comunidade, a partir do não reconhecimento das estratégias de dominação e opressão que cerceiam o âmbito

comunitário. Inclusive, podem-se gerar relações comunitárias mais fragilizadas e um processo de culpabilização individual das pessoas que vivem nos territórios pelas iniquidades vividas, aumentando o sentimento de isolamento, fatalismo e diminuindo o sentido de comunidade. Por outro lado, o reconhecimento destas relações pode facilitar caminhos para estratégias de enfrentamento destas condições de vulnerabilidade, sendo essenciais para as práticas imbricadas com a transformação social.

Importante implicação dos achados é o reconhecimento das diferentes formas de participação e dos mecanismos que potencializam e despotencializam estas dentro do contexto comunitário. Como também, foi identificado que o reconhecimento das relações comunitárias como importantes para a compreensão das redes sociais de apoio presentes no território e das possibilidades de intervenção. Por fim, considera-se que estudos futuros possam se aprofundar nestas possibilidades de participação comunitária que se estabelecem nas micro relações das mulheres em situação de pobreza, apontando as potencialidades que poderiam produzir no contexto comunitário para uma possível intervenção a médio e longo prazo. Assim, podem ser produzidos feitos sobre as formas de participação, tornando- as mais ativas e resistentes aos atravessamentos opressores da desigualdade social e de gênero.

Referências

- Barbosa, V.N.M., et al. (2020). A construção do fórum de saúde e comunidade no contexto da estratégia de saúde da família como catalisadora de participação social. In: Sarriera, J.C.; Rocha, K.B., Inzunza, J.A. & Silva, R.B (eds). *Bem-estar- estar e saúde comunitária*. (pp. 147- 164). Appris, Curitiba.
- Bardin, L (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell Hooks (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, pp.193-210. DOI: 10.1590/0103-335220151608.
- Bernardino-Costa, J (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: *Revista Sociedade e Estado*, 30, 1, pp.147-163. DOI: 10.1590/S0102-69922015000100009.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo:

Boitempo, 1., f. 227.

Castro, R.D.; Lino, R.T.; Gonzaga, P.R.B.; Mayorga, C. (2017). Raça, gênero e classe: notas a partir da experiência de mulheres negras de classe média na UFMG. Aracaju: *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, 6, 2, (pp. 99-100). DOI: - 10.17564/2316-3801.

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2016). *Autonomia das mulheres e igualdades na agenda de desenvolvimento sustentável*.

Christensen, A.D.; Jesen; S.Q. (2012). Doing Intersectional Analysis: Methodological Implications for Qualitative Research. Londres: *NORA*, 20, 2,(pp.109-125), DOI: 10.1080/08038740.2012.673505.

Cidade, E. C., Moura Jr., J. F., Nepomuceno, B. B., Xi- menes, V. M., & Sarriera, J. C. (2015). Poverty and fatalism: Impacts on the community dynamics and on hope in Brazilian residents. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 44(1), 51-62. <http://dx.doi.org/10.1080/10852352.2016.1102588>

Comim, F.V.; Bagolin, I.P.; Avila, R.; Porto Jr, S.S.; Picolotto, V. (2006). Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- FRGS. Programa de Pós-Graduação em Economia -PPGE. (Projeto de Pesquisa: *Pobreza Multidimensional em Porto Alegre*).

Diniz, A.G.R. & Mayorga, C. (2018). Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. Belo Horizonte: *Psicologia & Sociedade (online)*, 30, e165432, (pp.1-12). DOI: 10.1590/1807-0310.

Flick, U. (2009). *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Costa, R.C. (trad). Porto Alegre: Artmed, f.164.

Freire, P. (2003). Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. v., 28, p. 148. Paz e Terra, São Paulo.

Freitas, M. F. Q. (2015). Estratégia Saúde da Família e Psicologia Comunitária. In: Sarriera, J. C.; Saforcada, H. T.; Inzunza, J. A. *Perspectiva psicossocial na saúde comunitária: a comunidade como protagonista*. (p. 239-254). Sulina, Porto Alegre.

- Góis, C. W. L. (2012). *Psicologia clínico-comunitária*. Banco do Nordeste, Fortaleza.
- Gonzaga, P. R. B. (2015). *Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Guareschi, P. A. (2014). O mistério da comunidade. In: Sarriera, J.C. & Saforcada, E.T. *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. (p. 13-23). Sulina, Porto Alegre.
- IBGE (2017). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, n.37, pp.147.
- IBGE (2019). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 40, f.128.
- IPECE (2019). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)*. Fortaleza, Ipece, 2019.
- Leite, J.F. et.al. (2016). Pobreza, participação política, e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. In: Ximenes, V. M.; Nepomuceno, B. B.; Cidade, E. C.; Moura Jr, J. F. *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. (pp.45-65).Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Macedo, M.S. (2008). *Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza*. Salvador: Caderno CRH, 21, 53 (pp.398-404). DOI: 10.1590/S0103-49792008000200013.
- Martin- Baró, I .(2011). Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: Guzzo, R. S. L; Lacerda, Júnior, F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. (p. 199- 220), 2 ed. Alínea, São Paulo.
- Minayo, M.C; Assis, S.G. & Souza E.R. (org.) (2005). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; pp. 244.
- Moura Jr., J.F., de Almeida Segundo, D.S. & Barbosa V.N.M. (2019). The Stigmatization of Poverty as a Basis of the Class Prejudice and Its Psychological Consequences. In:

- Ximenes, V., Moura Jr., J., Cidade, E. & Nepomuceno, B. (eds) *Psychosocial Implications of Poverty*. (pp. 47-59). Springer, Cham.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras, Rio de Janeiro.
- Rivera, M.G. (2009). *Comunidad y Sentido de Comunidad: La intervención del Programa Puente en seis familias en situación de extrema pobreza de la Comuna de La Florida*. (Monografía) Escuela de Psicología da Universidad del Chile, Santiago.
- Sarriera, J. C., et.al., (2016). Sentido de Comunidade como Promotor de Bem-Estar em Crianças Brasileiras. (p. 106-116). v.50, n.1. *Interamerican Journal of Psychology* . Porto Rico: San Juan.
- Sen, A (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. (Trad) Motta, L. Teixeira. Revisão Técnica. São Paulo: Companhia das Letras.
- Walsh, C. (2017). Introducción, Lo Pedagógico y Lo Decolonial: Entrelazando caminos. In: Walsh, C. *Pedagogías Decoloniales: Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. (pp.23-68). Editora Abya-Yala, Ecuador.
- Ximenes, V.M., et.al., (2016). Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. (pp. 146- 156). v.21. *Estudos de Psicologia (Online)*, Natal.